



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

18/03/2018

INDICE

1. JORNAL EXTRA	
1.1. PRESIDÊNCIA.....	1 - 4
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. MUTIRÃO CARCERÁRIO.....	5
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. DESEMBARGADOR.....	6
3.2. VARA CRIMINAL.....	7 - 9
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. COMARCAS.....	10
4.2. DESEMBARGADOR.....	11
4.3. JUÍZES.....	12 - 13
4.4. PRECATÓRIOS.....	14
4.5. SERVIDOR PÚBLICO.....	15

INAUGURADA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL

PÁGINA 5

CASA NOVA

Inaugurada sede das Promotorias de Justiça do Ministério Público do MA

Foto: Daucyana Castro e Lucina Medeiros (MPMA)

Aconteceu na noite desta quinta-feira, 15, a reinauguração do prédio sede das Promotorias de Justiça da Capital, na Av. Carlos Cunha, s/nº, Calhau. O prédio, com 4.370,62 m² de área construída e 3.094,58m² de área urbanizada, abriga as Promotorias de Justiça da Comarca de São Luís.

Durante a inauguração, o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, resgatou a história do Ministério Público. “Esse exemplo de força e convicção no exercício das funções ministeriais, que nos deu Celso Magalhães, ainda no Império, teve incon-



Autoridades descerraram a placa de inauguração da sede das Promotorias da Capital

táveis reflexos, forjando a alma institucional do Ministério Público Timbira, e inspirando resiliência para resistirmos até o final”, destacou.

O procurador-geral de justiça também falou sobre o trabalho realizado na reconstrução do prédio. “O edifício que agora inauguramos, e que muito mais que merecidamente passa a ser chamado oficialmente Edifício Promotor Celso Magalhães, é um exemplo nítido dessa resiliência. De uma estrutura a que se chegou a conclusão de ser inadequada por motivos estruturais, temos hoje um edifício completamente refeito, dotado das mais modernas tecnologias de funcionamento, propiciando dignas condições de trabalho aos membros e servidores do Ministério Público mas, sobretudo, propiciando conforto e comodidade a toda a sociedade”, disse.

Luiz Gonzaga Coelho falou, ainda, sobre o tempo de execução da obra e as polêmicas que envolveram o caso. “Ressalto que o Conselho

Nacional do Ministério Público, instância máxima para decisões administrativas no âmbito do Ministério Público brasileiro, analisou todas as questões relativas à interdição e reforma deste prédio e concluiu que não houve por parte da Administração Superior desídia ou excesso de prazo na adoção das providências necessárias para a recuperação, bem como nos processos avocados para apuração das responsabilidades sobre os fatos chegou a conclusões definitivas, atribuindo a responsabilidade a quem de direito, ficando evidenciado que nenhum membro do Ministério Público do Maranhão ou servidor efetivo do órgão teve contra si imputada responsabilidade pessoal pelos

problemas estruturais detectados. O relatório de todas as fases da obra e das decisões do Conselho Nacional do Ministério Público aqui mencionadas, está disponibilizado na página institucional do Ministério Público do Maranhão, disponível a qualquer interessado, reforçando a transparência com que a instituição sempre tratou a matéria.”

Presente ao evento, o governador Flávio Dino destacou o trabalho atuante do Ministério Público do Maranhão em prol do cidadão em todas as cidades e lembrou do compromisso social que deve nortear as ações institucionais. “Nenhum drama humano é banal. Nenhum processo é banal. Exercemos a função

pública em nome de milhões e milhões de anônimos e devemos honrar este compromisso. Viva o Ministério Público. Viva o Maranhão!”

No mesmo sentido, o diretor das Promotorias de Justiça da Capital, promotor de justiça Paulo Silvestre Avelar Silva, destacou que a reinauguração da sede é resultado do esforço de membros e servidores que esperavam por este momento. “Temos o dever de servir muito bem aos cidadãos que vierem a esta casa em busca de um alento para ver encaminhada ou solucionada a situação de vulnerabilidade em que se encontram. Essa é a nossa missão”.

O presidente da Ampem, Tarcísio José Sousa Bonfim,

em seu discurso, afirmou o esforço do MPMA em fazer sempre mais e melhor com menos, lembrando que as dificuldades orçamentárias não impediram de crescer e melhorar as condições de trabalho de membros e servidores. “Aqui temos uma nova casa de trabalho, uma nova casa do povo, uma nova casa do cidadão e da cidadania. Todos serão bem-vindos, notadamente os necessitados, os injustiçados, enfim, todos os titulares da cidadania”.

Na sequência, foram inaugurados o auditório “Promotora de Justiça Ironilde Sousa Ribeiro” e a galeria de diretores das Promotorias de Justiça da Capital, ambos localizados no segundo andar do prédio.

AUTORIDADES

Da Administração Superior do Ministério Público do Maranhão, estiveram presentes o sub-procurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos, Francisco das Chagas Barros de Sousa; a sub-procuradora-geral de justiça para Assuntos Administrativos, Mariléa Campos dos Santos Costa; a ouvidora do MPMA, Rita de Cassia Maia Baptista; o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais, Marco Antonio Santos Amorim; o promotor de justiça Ednarg Fernandes Marques, representando o corregedor-geral do MPMA, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau; a diretora da Escola Superior do MPMA, Ana Teresa Silva de Freitas; a procuradora de justiça aposentada, Elimar Figueiredo; além de outros membros e servidores da instituição.

A solenidade foi prestigiada por diversas autoridades, dentre elas o vice-governador Carlos Brandão; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto; o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Braga Júnior; o desembargador Jamil Gedeon representando o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, José Joaquim Figueiredo dos Anjos; o ouvidor do Conselho Nacional do Ministério Público, Erick Venâncio Lima do Nascimento; e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Maranhão, Thiago Diaz.

Participaram, também, o conselheiro chefe do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, José de Ribamar Caldas Furtado; o procurador do Ministério Público do Trabalho no Estado do Maranhão, Marcos Antônio de Souza Rosa, representando a instituição; o procurador-chefe do Ministério Público de Contas, Jairo Cavalcanti Vieira; o juiz do trabalho Manuel Joaquim Neto, representando a presidência do Tribunal Regional do Trabalho; o Defensor Público Geral do Estado do Maranhão, Werther de Moraes Lima Júnior; e o procurador-geral do Estado do Maranhão, Rodrigo Maia; e o vice-diretor do Foro da Justiça Federal Seção Maranhão, José Valterson de Lima.

FUNCIIONAMENTO - A sede das Promotorias de Justiça da Capital deverá estar em pleno funcionamento em 26 de março. A mudança do prédio atual, no São Francisco, deverá ter início na próxima segunda-feira, 19 e se estenderá até sexta-feira, 23. Nesse período, as promotorias não realizarão atendimento externo. O protocolo das Promotorias continuará funcionando no São Francisco até 23 de março. (Redação: Rodrigo Caldas Freitas e Johelton Gomes (MPMA))

MUTIRÃO CARCERÁRIO

Juízes vão analisar a situação de 273 presos provisórios em Pinheiro

Os juízes integrantes do Grupo de Análise de Presos Provisórios do Poder Judiciário (GAPP) estarão mobilizados no período de 19 a 23 de março, na Comarca de Pinheiro, para analisar 273 processos de presos provisórios detidos no presídio regional de Pinheiro. Os juízes Tereza Cristina Nina (1ª Vara de Pinheiro), Mirella César Freitas (2ª Vara de Itapecuru-Mirim), e Rodrigo Costa Nina (Santa Luzia do Paruá), foram designados pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, para atuar nessa primeira edição de 2018 do Mutirão Carcerário.

O presídio regional de Pinheiro abriga, além da sede, presos oriundos de 21 comarcas da região: Alcântara, Arari, Bacuri, Bequimão, Guimarães, Santa Helena,

São Bento, São João Batista, São Vicente Férrer, Carutapeira, Cândido Mendes, Cedral, Turiaçu, Governador Nunes Freire, Matinha, Maracaçumé, Cururupu, Mirinzal, Pinheiro, Bacuri, Santa Luzia do Paruá e Viana.

Segundo informações da juíza Tereza Nina, atualmente estão custodiados 458 presos na penitenciária de Pinheiro, que possui capacidade para 306. “O mutirão carcerário demonstra a preocupação do Judiciário com o crescimento da população carcerária, frente a estrutura oferecida pelo Estado, visando a análise das situações processuais e execução da pena e buscando restringir ao cárcere somente os casos em que outras medidas cautelares ou ressocializantes não sejam suficientes para a proteção da sociedade”, frisou

a magistrada.

Para a juíza, a inclusão dos acusados na prisão não deve se dar com a aplicação cega da lei, e deve ser proporcional à pena definida para o caso concreto, em especial, ao regime a ser imposto. “Essa ideia tem sido reforçada pela jurisprudência dos tribunais superiores, e reflete a nova visão de humanização da pena contida em diversos ordenamentos jurídicos modernos”, explicou a juíza Tereza Nina.

Execução – Na 1ª Vara de Pinheiro, que possui competência para Execução Penal, tramitam 333 processos de presos definitivos, ou seja, já julgados e que cumprem pena no presídio regional de Pinheiro. Desse total, apenas 41 estão pendentes de análise, e serão apreciados pelos juízes integrantes do GAPP.

Para atuar no mutirão, a Procuradoria Geral da Justiça (PGJ) designou os promotores de Justiça Frederico Bianchini Joviano (titular da 1ª Vara de Pinheiro), Jorge Luís Ribeiro (titular da 2ª Vara de Pinheiro), Luciano Henrique Sousa Benigno (GPI-Regional Pólo Açailândia), e Leonardo Santana Modesto (titular da Comarca de Guimarães). Já a Defensoria Pública, designou os defensores Suzanne Santana Lobo e Gil Henrique Faria, ambos do Núcleo da Defensoria Pública de Pinheiro.

Também atuarão no mutirão os servidores Gustavo Garcia Silva; Larissa Araújo Soares; Toni Frazão Ramos; e Danyelle Santos Leonardi. Ao final do mutirão, será produzido um relatório apresentando os resultados das atividades.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



No caso dessa turma, é o casamento da burrice com a má-fé

Do jornalista Kiko Nogueira, ao comentar uma fake news de que Marielle Franco era ligada ao Comando Vermelho, espalhada por um desembargadora nas redes sociais e multiplicada pelos extremistas da direita.

MÁFIA DO CONTRABANDO

Laudo comprova que produtos são originais

Polícia Federal divulgou que o whisky encontrado nos galpões da organização criminosa é original e foi importado de maneira ilegal. O caso da organização criminosa de contrabando que culminou na prisão preventiva de policiais civis e militares será julgado pela Justiça Federal. **VIDA**

Laudo comprova que contrabando era original

Polícia Federal divulgou que o whisky encontrado nos galpões da organização criminosa é original e foi importado de maneira ilegal

A Polícia Federal divulgou que um dos laudos realizados pela equipe técnica comprovou que o whisky encontrado em galpões na zona rural de São Luís é original e foi importado de maneira ilegal. Com isso, todo processo envolvendo a organização criminosa suspeita de contrabando passou para competência da Justiça Federal.

O caso da organização criminosa de contrabando que culminou na prisão preventiva de policiais civis e militares será julgado pela Justiça Federal. A declaração foi dada pelo juiz Ronaldo Maciel Nogueira, da 1ª Vara Criminal de São Luís.

De acordo com o magistrado, a Justiça Estadual não tem as atri-



Caixas de cigarro e whisky foram encontradas em vários galpões atribuídos à organização criminosa

buições cabíveis para julgar o caso, uma vez que as mercadorias apreendidas foram trazidas do exterior – o que o torna competência da Justiça Federal. O juiz manteve as prisões dos acusados.

Por tudo isso, a Polícia Federal deve ser comunicada oficialmente nos próximos dias para continuar as investigações, enquanto o Ministério Público Federal deve ser o responsável pelo oferecimento (ou não) da denúncia.

Na operação foi apreendida uma grande quantidade de whisky e cigarros. Houve também a prisão de autoridades policiais. O juiz federal da 1ª Vara Criminal de São Luís, Ronaldo Maciel, ainda está conhecendo os autos do processo que investiga os bens apreendidos em um esquema de contrabando.

ENTENDA O CASO

Policiais militares, entre oficiais e praças, o delegado Tiago Bardal e outras cinco pessoas que não integram as polícias, entre eles o advogado Ricardo Bello, são suspeitas de integrarem um grupo criminoso com atuação no Maranhão. As primeiras prisões foram realizadas na manhã do dia 22 de fevereiro, no Arraial, no Quebra Pote, zona rural de São Luís. Armas, bebidas alcoólicas e cigarros foram apreendidos também. Rogério Souza Garcia – que já foi vice-prefeito de São Mateus – também está preso. A operação foi realizada pela Polícia Militar. No caminho para o Quebra Pote, Tiago Bardal foi encontrado próximo da região suspeita em um carro com o advogado Ricardo Bello. Ao ser questionado, o superintendente afirmou que estava vindo de uma festa, mas depois mudou a versão falando que procurava um sítio para compra, segundo o secretário de segurança pública, Jefferson Portella. O secretário também informou que, após a abordagem ao delegado, policiais seguiram até um porto privado, localizado em um sítio da região do Quebra Pote. Por lá eles também encontraram uma patrulha de militares dentro de um carro, que foram abordados e presos. O comandante de área na região onde ocorreu a operação, coronel Edivaldo Mesquita, confirmou que os presos eram um major, dois sargentos e um soldado. Outras sete pessoas também foram presas por suspeita de integrarem o grupo de contrabandistas. O delegado Thiago Bardal foi exonerado do cargo e depois a SSP pediu a prisão preventiva dele. No dia 23 de fevereiro, a delegada Nilmar da Gama assumiu o cargo de superintendente da superintendência de investigações criminais. Bardal disse que não conhece nenhuma das pessoas presas na operação e que foi abordado por policiais militares duas horas antes da operação e a cerca de 5 km de distância do local em questão. O último a ser preso foi o tenente-coronel Antônio Eriverton Nunes Araújo. Ele foi capturado quando estava em Belém-PA e trazido para São Luís em uma operação que envolveu o Centro Tático Aéreo (CTA).

PETINHADAS

• Há um ano e meio, na Comarca de Passagem Franca, a juíza titular Arianna Saraiva foi surpreendida com procedimento açodado do presidente do Sama, o sindicato dos advogados, Mozart Baldez!!! A campanha deflagrada nas redes sociais contra a magistrada foi fruto do desconhecimento do profissional acerca da realidade da Comarca!!! O equívoco foi prontamente desagravado!!! Os advogados que atuam na Comarca, integrantes da Subseção da OAB-MA em São João dos Patos, divulgaram Nota de Esclarecimento e Apoio, reconhecendo a urbanidade da juíza no relacionamento com a classe desde a sua posse, há um ano e meio, sem qualquer agressão às prerrogativas dos profissionais!!! Destacaram a celeridade com que descomprimiu o volume de processos (40%) e a atuação social dela, mostrando a face solidária da Justiça em prol dos carentes!!!

José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos Domingos, quinzenalmente / jose.luz.almeida@globo.com / www.joseluzalmeida.com



Senhor do meu destino

Sócrates ensinou que uma vida irrefletida não vale a pena ser vivida. Em Fédon, ele diz que uma vida irrefletida leva a alma a ficar “confusa e aturdida, como se estivesse bêbada”, enquanto uma alma sábia alcança a estabilidade, e seu vagar chega ao fim.

Nessa linha de compreensão, teimo em levar uma vida reflexiva, mesmo diante da óbvia constatação de que, não raro, o resultado das minhas reflexões pode não ser muito palatável, o que, para mim, não é nenhum óbice a impedir a minha contínua vida de reflexão.

Assim determinado, começo essas reflexões com uma indagação inquietante: O homem tem o poder de mudar o seu destino? Ou é verdade que já nascemos com o nosso destino definido, cabendo a cada um de nós apenas aguardar que o tempo flua, na certeza de que a projeção do nosso futuro já está definida?

Muitas vezes, diante de um infortúnio, de um tropeço ou de uma derrocada, ouvi as pessoas dizerem, na tentativa de dar conforto às vítimas das desditas, que foi o destino que assim o quis, como a reafirmar a nossa impotência diante dele, só nos restando mesmo a conformação.

É claro que a incursão em torno desse tema exigiria de mim, de rigor, um conhecimento que não tenho, uma profundidade de análise que não sou capaz de fazer. Compreendo, no entanto, que, apesar das minhas limitações intelectuais, posso, sim, refletir sobre a questão como qualquer pessoa minimamente racional pode fazê-lo, pois, afinal, o meu objetivo, depois de pensar, é exercer o direito de dizer o que penso e sinto ante os mais diversos acontecimentos que permeiam a minha vida, sem nenhuma outra pretensão que não seja desnudar a minha alma, me expor ao julgamento daqueles que se aventuram ler as coisas que escrevo.

A propósito do tema em comento, devo dizer que, segundo a minha percepção, naquilo que depende só de nós, somos, sim, os únicos responsáveis pelo nosso destino. Devo dizer, nessa linha de pensar, que se não fosse a minha determinação de mudar o caminho que já estava traçado para mim, provavelmente eu não seria o que sou hoje, e estaria trabalhando na lavoura, cuidando da terra, como foi o destino dos que nasceram e se criaram no campo, nas mesmas condições em que vivi.

Mas eu decidi que não era isso que eu queria. E nesse afã, sempre aproveitei com tenacidade as oportunidades que se apresentaram na minha vida, certo de que o meu destino transcendia o campo e a roça.

E assim, cuidei de mudar a direção, de pavimentar o caminho noutra rumo, tendo alcançado, com determinação, os meus reais objetivos, mesmo quando tudo parecia conspirar contra, face às enormes dificuldades pelas quais passei, depois que o nosso provedor optou por nos abandonar.

Então, posso dizer que, no que dependeu da minha vontade, consegui mudara minha rota, contribuindo, decisivamente, para a construção da minha história, que poderia, sim, ter sido diferente, se eu permanecesse “com a boca escancarada e cheia de dentes, esperando a morte

chegar”, como pontuou Raul Seixas.

Tenho convicção, em face mesmo de tudo que vivi e testemunhei, que o mesmo não ocorre quando deixamos a vida nos levar, sem fazer nenhum esforço para mudar o rumo dos acontecimentos. Nesse caso, o destino de cada um termina sendo traçado pelos outros, pelas forças exteriores que não fomos capazes de enfrentar - por medo, covardia ou acomodação.

Aquele que, diante das dificuldades da vida, prefere se acomodar e deixar as coisas acontecerem, acaba sendo levado como um barco sem comando, enfrentando uma tempestade, incapaz, portanto, de segurar as rédeas da sua história.

Aquele que não assume o comando da sua vida, da sua história, que fraqueja e sucumbe diante do infortúnio, não é, definitivamente, o senhor do seu destino, razão pela qual só lhe resta mesmo assumir, conformado, que “foi o destino foi quem quis assim”, quando, na realidade, ele próprio foi quem se omitiu, se negando a sair da zona de conforto que poderia mudar a direção da sua vida, perspectiva em face da qual as portas do mundo se abrem ou se fecham, dependendo da força e da determinação de cada um.

Para ilustrar e roborar o que digo, anoto que o genial Nelson Cavaquinho (que tocava mesmo era violão), era do tipo que deixava a vida seguir o seu fluxo, que não lutava para mudar a rota, que se deixou levar sem mover uma palha para mudar a direção. Era do tipo que, diferente de muitos, não se aproximava das pessoas se não fosse por afeto. Nenhum interesse que não fosse o prazer da convivência o movia. Deixou acontecer. Ele nunca forçava a barra. Deixava os acontecimentos fluírem. Com essa conduta, traçou o seu próprio destino, porque não se empenhou em modificar o curso dos acontecimentos. Era, portanto, do tipo acomodado que, apesar da genialidade, não tirou proveito material da sua criatividade, porque preferiu que fosse assim, se acomodou com a situação, não fez questão de pavimentar o caminho que o levaria noutra direção.

É claro que nem sempre tudo depende só da boa vontade ou determinação de cada um, pois, às vezes, uma boa dose de sorte ajuda muito. Contudo, devo alertar, tomando de empréstimo as lições do poeta popular, que “não adianta um pé de coelho no bolso traseiro, nem mesmo a tal ferradura suspensa atrás da porta ou um astral bem maior que o da noite passada, pois toda sorte tem quem acredita nela” (Fernando Mendes).

Digo mais, agora inspirado em Mia Couto (Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra, editora Companhia das Letras), que não devemos nos deixar levar pela desesperança, achando que tudo é destino e que contra o que está escrito nada podemos fazer, pois tenho testemunhado não ser verdadeira a afirmação de que a vantagem de pobre é saber esperar, e esperar sem esperança, pois não foram poucos os que, lutando com todas as dificuldades propiciadas pela vida, ainda assim venceram. Afinal, com disposição e fé, somos, sim, os senhores do nosso destino ou, pelo menos, devemos tentar assumir o comando dele.

É isso.

Mistérios

- A quem interessaria o comportamento açodado de um presidente de sindicato contra uma juíza do sertão maranhense imediatamente desagradada pelos colegas do próprio líder sindical que atuam na jurisdição???!!!

Em apoio a juíza, advogados contestam presidente do sindicato da categoria

Os advogados inscritos na Subseção de São João dos Patos da OAB-MA divulgaram Nota de Esclarecimento e Apoio à juíza titular da Comarca de Passagem Franca, Arianna Rodrigues de Carvalho Saraiva. A ela foi atribuído, pelo presidente do Sindicato dos Advogados do Estado do Maranhão (Sama), Mozart Baldez, tratamento contrário às prerrogativas dos profissionais

que atuam na região, desmentido na nota.

Ao se manifestarem em nome de mais de 15 colegas da região, assinando a nota, os advogados Daniel Furtado e Rômulo Porto, respectivamente presidente e secretário da subseção, confirmaram o tratamento urbano concedido pela magistrada e pelos integrantes do fórum local aos profissionais que atuam na região. A nota desfaz

o equivocado entendimento do advogado Baldez, em relação a RESOLUÇÃO do Tribunal de Justiça, recentemente acolhida pelo Conselho Nacional de Justiça.

Pelos colegas, os signatários da nota reconheceram que “não houve, até a presente data (15/03/2018), qualquer violação das prerrogativas dos advogados, seja por parte dos servidores ou da Magistrada titular da Comarca; muito pelo contrário, todos os colegas que usaram da palavra (a nota foi resultado de reunião presencial) relataram que a Juíza Dra. Arianna Rodrigues de Carvalho

Saraiva é atenciosa no trato com os advogados”.

Unanimemente reconheceram que a magistrada descomprimiu o funcionamento da Comarca, diminuindo em 40% o número de processos aguardando decisão, ao longo de mais de 1.300 audiências e procedimentos. Destacaram ainda a atuação dela na implantação de projetos e ações sociais, dirigidos à população carente, evidenciando a solidariedade da Justiça para com as populações carentes. Os profissionais reafirmaram o apoio à magistrada e a parabenizaram pela atuação em todos os níveis. O agravado não se manifestou.

Precatórios Magistrados maranhenses participam de reunião em Manaus

O juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, André Bogéa, participou, em Manaus (AM), da 9ª Reunião Ordinária da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios (CNGP), que tem como diretor-presidente o juiz maranhense, José Nilo Ribeiro Filho. A CNGP, a partir de determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), norteia e orienta a gestão precatória empreendida pelos tribunais estaduais no País. O encontro reuniu presidentes de Tribunais de Justiça, desembargadores e juízes

responsáveis pela coordenação de precatórios em todas as Cortes Estaduais, e foi realizado no Centro Cultural Palácio da Justiça. De acordo com o diretor-presidente da CNGP, juiz José Nilo Ribeiro Filho, encontros semelhantes ao sediado em Manaus ocorrem a cada três meses, e neles são trocadas experiências técnicas e jurídicas sobre o tema “auxiliando os tribunais, por exemplo, na interpretação de normas e na própria gestão dos precatórios”, comentou.

Mistérios

- Quem é o integrante de quase poder, acusado de ilicitudes e prestes a ser condenado pelo Pleno do TJ/MA por ferir a Lei Maria da Penha, que já está perdendo de 9 a 0 no plenário???! Esse aí, caminha a passadas largas para receber ‘bilhete azul’!!!